



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

**33º CONCURSO PÚBLICO PARA
INGRESSO NA CARREIRA DO MPDFT**
2ª Etapa – Provas Discursivas

Máscara

(Para uso do MPDFT)

7 de março de 2026

CADERNO DE QUESTÕES

GRUPO II: DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL E COLETIVO

INSTRUÇÕES

1. Senhor(a) candidato(a), no campo para identificação abaixo, escreva o seu nome, o número da sua inscrição e assine.
2. É vedado ao candidato, sob pena de nulidade da prova e eliminação do concurso, inserir no corpo das provas discursivas, exceto nos locais expressamente indicados para tanto, o seu nome, assinatura ou qualquer outro sinal identificador (*art. 27, caput, da Res. 342*).
3. Esta prova constará de **duas partes** (*art. 38, incs. I e II, da Res. 342*).
4. O caderno de respostas definitivo conterá folhas destinadas à transcrição das respostas, com indicação expressa de qual folha de resposta se destina a qual questão. É vedado rasgar ou destacar folhas do caderno de respostas definitivo. Tenha atenção ao lançar suas respostas nas folhas corretas. Não serão fornecidas folhas de resposta adicionais. Apenas as folhas contidas no caderno de respostas definitivo serão consideradas para correção.
5. As respostas serão manuscritas, com utilização de caneta de tinta azul ou preta indelével, em material transparente, vedado o uso de líquido corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente (*art. 23, caput, da Res. 342*).
6. Se necessário, o candidato poderá inutilizar parte da sua resposta, efetuando um risco horizontal no trecho a ser inutilizado e delimitando-o com parênteses.
7. A Comissão Examinadora considerará, em cada questão, o conhecimento sobre o tema, a utilização correta do vernáculo e a capacidade de exposição do candidato (*art. 39 da Res. 342*).
8. Será permitida consulta a legislação, desde que desacompanhada de anotação ou comentário, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas, orientações jurisprudenciais ou exposições de motivos (*art. 37 da Res. 342*).
9. Será admitida consulta a legislações avulsas, desde que originárias do sítio eletrônico da Presidência da República ou do órgão público competente (*art. 37, § 4º, da Res. 342*).
10. **O tempo máximo de duração da prova é de 5 (cinco) horas.**

33º CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MPDFT
07/03/2026 – PROVA DISCURSIVA

**GRUPO II: DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL E DIREITO PROCESSUAL
CIVIL E COLETIVO**

Máscara

(Para uso do MPDFT)

CAMPO PARA IDENTIFICAÇÃO

Nome do(a) Candidato(a):

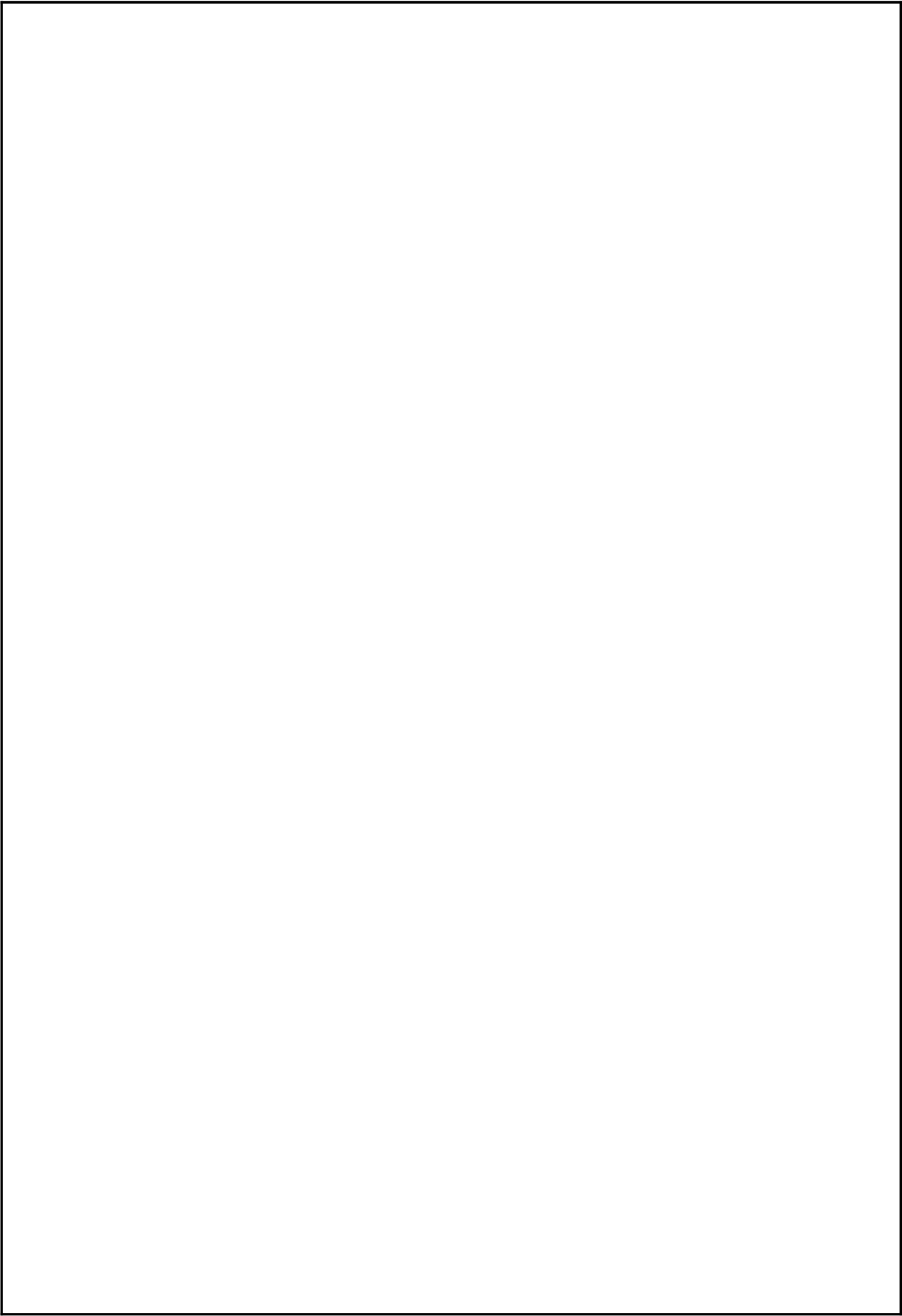
Número de Inscrição:

Assinatura:

Nº DE FOLHAS DA PROVA (Para uso do SUPERVISOR DE SALA)

Primeira Parte: _____ (_____)

Segunda Parte: _____ (_____)



GRUPO II: DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL E COLETIVO

– PRIMEIRA PARTE –

Como membro do Ministério Público, elabore manifestação em processo que tramita na primeira instância.

Trata-se de ação de conhecimento na qual se pretende a reparação por dano material e compensação por dano moral em face de efeitos decorrentes de uso de medicamento por Pedro (12 anos).

Ao longo da instrução processual restou provado que o uso do remédio X por seis meses ocasionou paralisia facial em Pedro. A bula do medicamento prevê inúmeros possíveis efeitos colaterais e adversos, mas não aponta a possibilidade de paralisia facial.

A tese principal da defesa foi demonstrada no curso processual: até o momento de lançamento do remédio, ocorrida há 6 anos antes do início do uso do medicamento por Pedro, todos os estudos científicos existentes na comunidade acadêmica mostravam segurança para saúde. Havia possíveis efeitos colaterais sem maior gravidade, mas nada relacionado à paralisia facial.

Na manifestação, considerando a limitação de linhas para resposta, não é necessário elaborar relatório, nem discorrer sobre dano moral e material. O candidato deve focar na tese principal da defesa, com argumentação consistente e completa. Deve, ainda, informar sobre eventual entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema.

Pontuação: 40 pontos.

Número máximo de linhas: 50 linhas.

GRUPO II: DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL E COLETIVO

– SEGUNDA PARTE –

QUESTÃO 01

Suponha que cônjuges, casados sob o regime de comunhão de bens, tenham seu divórcio decretado em dezembro de 2012. A partilha de bem imóvel comum, adquirido durante a união, foi pleiteada por um dos ex-cônjuges em dezembro de 2025. Responda se é possível a partilha em momento posterior ao divórcio e se incide algum prazo extintivo. Aborde sobre a natureza jurídica do direito à partilha, diferencie os prazos extintivos da lei civil e sua eventual incidência à hipótese.

Pontuação: 10 pontos.

Número máximo de linhas: 20 linhas.

QUESTÃO 02

Francisco Oliveira, filho de um senhor de 80 anos de idade, ajuizou pleito judicial de interdição do pai, sob o argumento de ausência de condições de gestão patrimonial autônoma por parte daquele. Tendo o idoso manifestado contrariedade ao pedido, foi aberta vista ao Promotor de Justiça, que formulou proposta alternativa de tomada de decisão apoiada, pugnando por sua acolhida pelo Juiz, nos termos especificados, ouvidas previamente as partes e bem assim equipe multidisciplinar.

Pode o Juiz da causa aceitar a tomada de decisão apoiada na espécie? Justifique sua resposta, abordando a questão sob o ponto de vista da natureza jurídica da TDA e do instituto da curatela, dos pressupostos processuais e condições da ação aplicáveis ao instituto da tomada de decisão apoiada, consideradas ademais as regras legais aplicáveis ao procedimento em causa, bem como os fins e objetivos que justificam a intervenção do Ministério Público no processo civil e na hipótese em exame.

Pontuação: 10 pontos.

Número máximo de linhas: 20 linhas.

QUESTÃO 03

Deferido pelo juízo falimentar do TJDFT pedido de recuperação judicial de uma dada empresa, a determinação do Juízo do Trabalho que, acolhendo incidente de desconconsideração de personalidade jurídica, ordena o arresto de bens de sócios desta mencionada empresa em recuperação, bem como o arresto de bens de outras sociedades pertencentes a seu grupo econômico, configura conflito de competência? Justifique sua resposta, à luz da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, destacando a regra na hipótese e eventuais circunstâncias excepcionais.

Pontuação: 10 pontos.

Número máximo de linhas: 20 linhas.

QUESTÃO 04

Discorra sobre o conceito de formalismo-valorativo e sua influência no Código de Processo Civil de 2015, abordando o fenômeno da constitucionalização do processo e a nova dinâmica dos brocardos da *mihi factum*, *dabo tibi jus* e *iura novit curia*.

Em sua resposta, explique como esse modelo reconfigura a divisão de trabalho entre os sujeitos processuais, a necessidade de fundamentação analítica e a dimensão democrática do processo. Indique dispositivos do CPC/2015 que exemplifiquem essas ideias.

Pontuação: 10 pontos.

Número máximo de linhas: 20 linhas.

QUESTÃO 05

Em contexto de desastre ambiental urbano de grande magnitude, observa-se a proliferação de milhares de ações individuais e de ações coletivas, com decisões judiciais divergentes e recursos pendentes no tribunal de justiça acerca de questões de direito referentes aos: (i) critérios jurídicos e matrizes documentais gerais para identificação do grupo de atingidos, e (ii) a definição da matriz de danos indenizáveis com a identificação de quais danos indenizar.

Considerando o Código de Processo Civil de 2015, o papel do Ministério Público e a inexistência de tema afetado em recursos repetitivos no STJ ou no STF, explique qual é o instrumento processual adequado para tratar essas questões, indicando seus pressupostos de cabimento, quem são os legitimados e como devem provocar o sistema de justiça, a atuação do Ministério Público, a exigência ou não de vinculação a causa concreta pendente, segundo o entendimento do STJ, e os efeitos esperados sobre as demandas individuais e coletivas em curso.

Pontuação: 20 pontos.

Número máximo de linhas: 20 linhas.